

GDPar SR
Participações em
Projetos Solares
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SR” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Veja as Notas 6.b e 17 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia atua no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.

Considerando que a mensuração dessas receitas envolve certo grau de complexidade, em especial em função da aplicação das fórmulas para apuração mensal e no reconhecimento da receita, direcionamos foco específico de nossa auditoria para esse tema.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia;
- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária e análise dos comprovantes de aceitação do cliente.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC CE-003141/F-5

Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.503	1.492	Fornecedores		29	471
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	9.103	7.687	Debêntures	14	184.210	13.498
Depósitos vinculados de curto prazo	10	4.570	6.681	Obrigações fiscais		203	516
Adiantamentos a fornecedores		65	112	Partes relacionadas	11	1.356	1.347
Impostos a recuperar		819	743	Outras contas a pagar		5	269
Outras contas a receber		534	124	Passivo de arrendamento	13	736	700
Total do ativo circulante		16.594	16.840	Total do passivo circulante		186.539	16.801
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos vinculados de longo prazo	10	15.413	14.963	Debêntures	14	-	173.950
Imobilizado	12	169.292	172.738	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	229	229
Ativo de direito de uso	13	13.079	13.046	Passivo de arrendamento	13	13.855	13.412
Ativo intangível		78	78	Provisão para desmobilização	15	3.600	2.447
Total do ativo não circulante		197.862	200.825	Total do passivo não circulante		17.684	190.037
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	28.807	27.070
				Prejuízos acumulados		(18.574)	(16.244)
				Total do patrimônio líquido		10.233	10.826
Total do ativo		214.456	217.665	Total do passivo e patrimônio líquido		214.456	217.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Individual</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	2025	2024	2024
Receita operacional líquida	17	40.584	34.913	43.181
Custo das vendas	18	<u>(15.457)</u>	<u>(10.933)</u>	<u>(13.688)</u>
Lucro bruto		25.127	23.980	29.493
Despesas gerais e administrativas	19	(2.495)	(2.087)	(2.493)
Despesas tributárias		<u>(219)</u>	<u>(141)</u>	<u>(194)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		22.413	21.752	26.806
Receitas financeiras	20	2.739	873	1.030
Despesas financeiras	20	<u>(27.482)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(27.197)</u>
Resultado financeiro líquido		(24.743)	(25.971)	(26.167)
Equivalência patrimonial		<u>-</u>	<u>3.920</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		(2.330)	(299)	639
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	21	-	339	(938)
Diferido	21	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>110</u>
		-	110	(828)
Prejuízo do exercício		(2.330)	(189)	(189)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores		(2.330)	(189)	(189)
Prejuízo do exercício		(2.330)	(189)	(189)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Individual</u>		<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Prejuízo do exercício	(2.330)	(189)	(189)
Resultado abrangente total	<u>(2.330)</u>	<u>(189)</u>	<u>(189)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 01 de janeiro de 2024		26.655	19	288	(16.362)	10.600
Aumento de capital		9.523	-	-	-	9.523
Redução de capital		(9.108)	-	-	-	(9.108)
Absorção de prejuízo		-	(19)	(288)	307	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		27.070	-	-	(16.244)	10.826
Aumento de capital	16	1.737	-	-	-	1.737
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.330)	(2.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		28.807	-	-	(18.574)	10.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado
		2025	2024	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos		(2.330)	(299)	639
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial		-	(3.920)	-
Depreciação do ativo imobilizado	12	8.140	6.396	7.670
Depreciação de direito de uso	13	530	432	515
Depreciação de ativo para desmobilização	12	60	157	169
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	14	118	365	365
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	25.477	24.720	24.720
Juros de arrendamentos	13	1.712	1.381	1.659
Juros sobre provisão para desmobilização		143	315	386
		<u>33.850</u>	<u>29.547</u>	<u>36.123</u>
Variações em:				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(1.416)	(2.670)	(1.337)
Adiantamentos a fornecedores		47	28	31
Impostos a recuperar		(76)	768	688
Outras contas a receber		(410)	616	(47)
Fornecedores		(442)	(420)	363
Obrigações fiscais		(313)	293	(221)
Outras contas a pagar		(263)	177	156
Compartilhamento de custos e despesas com partes relacionadas		8	-	-
		<u>30.985</u>	<u>28.339</u>	<u>35.755</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Juros pagos de arrendamentos	13	(1.712)	(1.381)	(1.659)
Juros pagos de debêntures	14	(17.234)	(8.748)	(8.748)
Impostos pagos sobre o lucro		-	(1.398)	(1.398)
		<u>12.039</u>	<u>16.812</u>	<u>23.950</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Caixa líquido oriundo da incorporação das controladas		-	15.710	-
Depósitos vinculados		1.661	(21.644)	(21.644)
Aquisição de intangível		-	(52)	(52)
Aquisição de imobilizado	12	(2.006)	(3.008)	(3.008)
		<u>(345)</u>	<u>(8.994)</u>	<u>(24.704)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	16	-	9.523	9.523
Redução do capital social	16	-	(14.058)	(14.058)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	184.593	188.151	188.151
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(196.191)	(190.562)	(190.562)
Pagamento de arrendamento	13	(85)	(19)	(27)
Recebimentos de partes relacionadas		-	399	399
		<u>(11.683)</u>	<u>(6.566)</u>	<u>(6.574)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		<u>11</u>	<u>1.252</u>	<u>(7.328)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.492	240	8.820
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>1.503</u>	<u>1.492</u>	<u>1.492</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		<u>11</u>	<u>1.252</u>	<u>(7.328)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SR” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal a geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos até 20 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A.

A receita é proveniente dos aluguéis dos ativos de geração e dos serviços de operação e manutenção prestados a consórcios, cooperativas e empresas, que utilizam a energia gerada pelas usinas para compensação em suas unidades consumidoras.

No exercício de 2025, a Administração implementou uma iniciativa estruturada voltada à recuperação e otimização da performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas da Companhia. Essa iniciativa demandou a realização de custos e despesas de natureza extraordinária ao longo do exercício, com impacto temporário sobre os indicadores financeiros da Companhia. Como resultado, as usinas foram restabelecidas aos parâmetros operacionais planejados, fortalecendo a base de geração de caixa para os exercícios subsequentes. Os efeitos contábeis decorrentes dessa estratégia estão detalhados nas Notas Explicativas n.º 1.1 (Continuidade Operacional) e n.º 14 (Debêntures).

1.1 Continuidade Operacional

(i) Situação do Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 169.945. Tal situação decorre, principalmente, da reclassificação de passivos financeiros de longo prazo para o passivo circulante.

(ii) Descumprimento de Covenants e Waiver

A referida reclassificação foi motivada pelo descumprimento do índice financeiro de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme previsto em contrato de financiamento.

Cumprir esclarecer que o descumprimento do ICSD no exercício de 2025 resultou de uma estratégia adotada pela Administração com o objetivo de recuperar e estabilizar a performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas da Companhia. Ao longo do exercício, foram realizados investimentos e incorridos custos e despesas de natureza extraordinária, voltados à adequação técnica e operacional dos ativos, que impactaram temporariamente os indicadores de geração de caixa. Como resultado desta iniciativa, as usinas foram trazidas aos parâmetros operacionais planejados, consolidando a base para a plena geração de caixa nos exercícios

subsequentes. A estratégia adotada e seus fundamentos foram integralmente apresentados e discutidos com os credores, que reconheceram o caráter pontual e não recorrente do evento.

Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente, junto à instituição financeira, o “*waiver*” (dispensa do cumprimento) relacionado ao referido “*covenant*”. Embora o documento indique efeito retroativo a 2025 e evidencie a intenção dos credores de não exigir a liquidação antecipada da dívida, por se tratar de evento subsequente à data-base das demonstrações financeiras, a classificação dos saldos no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 foi mantida, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

(iii) Plano de Mitigação e Suporte

Com a obtenção do “*waiver*”, o montante de R\$ 169.497 será reclassificado para o passivo não circulante no primeiro trimestre de 2026, contribuindo para o restabelecimento do equilíbrio do capital circulante líquido da Companhia.

A Companhia avalia que sua continuidade operacional está assegurada, pois mantém capacidade de gerar fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para suportar suas atividades, cumprir obrigações e financiar suas operações correntes. Esse fluxo de caixa recorrente é o principal fator que sustenta a manutenção normal dos negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Diretores em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.
- **Nota explicativa 15** – Provisão para desmobilização – Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades que eram controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A Companhia atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a

locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

Controladora – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladas

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Usinas Fotovoltaicas	25 anos
Computadores e equipamentos de informática	10 anos
Desmobilização usina solar	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste

caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não-financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Arrendamento Operacional

A Companhia atua com a locação de sistemas de geração distribuída de energia solar (usinas fotovoltaicas). Para a classificação desses contratos sob a ótica da norma contábil (CPC 06 (R2) / IFRS 16), a Administração exerce julgamento para determinar se os riscos e benefícios inerentes à propriedade foram substancialmente transferidos aos clientes.

Com base nos contratos celebrados, a Administração concluiu que tais instrumentos se qualificam como Arrendamento Operacional, fundamentada nos seguintes pontos:

- (i) Vida útil e prazo: O prazo contratual não cobre a maior parte da vida útil econômica dos equipamentos fotovoltaicos;

- (ii) Valor presente: A soma dos pagamentos mínimos contratuais não representa substancialmente todo o valor justo dos ativos no início do contrato;
- (iii) Controle e manutenção: A Companhia permanece responsável pela operação, manutenção preventiva e seguros dos bens (conforme acordos de O&M vinculados), mantendo a exposição à variação de performance do ativo e aos riscos de obsolescência tecnológica;

Dessa forma, os ativos continuam registrados no Imobilizado da Companhia e são depreciados ao longo de sua vida útil, enquanto as receitas de locação são reconhecidas de acordo com a dinâmica contratual.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j. Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) - ARO (*Asset Retirement Obligation*)

A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo.

O reconhecimento das obrigações foram realizadas nos exercícios de 2024 e 2025, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia não adotou antecipadamente as normas, interpretações e alterações de pronunciamentos contábeis que possuem vigência para exercícios futuros. Conseqüentemente, estas demonstrações financeiras não contemplam os efeitos das normas abaixo descrita:

(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

- (i) A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	1.348	1.492
Aplicações Financeiras	155	-
	<u>1.503</u>	<u>1.492</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2025 e 2024, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2025	2024
Contas a receber clientes (a)	2.725	2.099
Receitas a faturar (b)	<u>6.378</u>	<u>5.588</u>
	<u>9.103</u>	<u>7.687</u>

- (a) Contas a receber dos clientes Claro e Órigo Energia;
- (b) Receitas a faturar decorrente da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração; Solar e as compensações aferidas pelas faturas emitidas contra os clientes, saldo de R\$ 4.040 (R\$ 3.462 em 2024); e receita reconhecida do cliente Órigo Energia e não faturada dentro do exercício, saldo de R\$ 2.338 (R\$ 2.126 em 2024).

As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações de máquinas e equipamentos (Usinas), sublocações de terras e manutenções.

As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após 31 de dezembro de 2025, bem como a diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das usinas vinculadas ao cliente Claro e as respectivas compensações nas unidades consumidoras dos clientes.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, portando não registrou nenhuma provisão de créditos de liquidação duvidosa.

10 Depósitos vinculados

	2025	2024
Circulante		
Conta reserva de Pagamento (a)	4.570	6.681
Não circulante		
Conta reserva do serviço da dívida (b)	14.143	13.763
Conta reserva de O&M (c)	1.270	1.200
Total do não circulante	15.413	13.763
	19.983	21.644

Refere-se as condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento (ver nota 15), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Reserva do Serviço da Dívida – valor correspondente a uma parcela integral da prestação vincenda, incluindo a amortização do valor nominal unitário atualizado e a remuneração das debêntures.
- (b) Conta Pagamento das Debêntures – valor equivalente ao acúmulo mensal de 1/6 (um sexto) da prestação vincenda, garantindo a disponibilidade dos recursos na data de vencimento.
- (c) Conta Reserva de O&M – saldo de R\$ 1.270 (um milhão, duzentos e setenta mil reais), atualizado anualmente pelo IPCA, destinado à cobertura das despesas operacionais e de manutenção.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas se referem, em 2025, a compartilhamento de despesas a pagar para a GD - Geração Distribuída Participações S.A (GDSun), controladora. As operações não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos passivos

	2025	2024
Passivo		
Circulante		
GD Geração Distrib. Part. S.A.	1.356	1.347
Partes relacionadas – Passivo	1.356	1.347

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia não é remunerada, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A. e integra as despesas compartilhadas entre as empresas do Grupo GDSun, conforme o contrato vigente de compartilhamento.

12 Imobilizado

(i) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	2025		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adiantamento para inversões fixas (a)	-	-	1.010	-	1.010
Computadores e equipamentos de informática	10	10	28	(12)	16
Imobilizado em andamento	-	-	757	-	757
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			1.795	(12)	1.783
Ativos objetos de arrendamentos:					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	112.869	(18.174)	94.695
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	86.464	(17.532)	68.932
Conexão rede de distribuição	4	25	1.779	(327)	1.452
Total de ativos para arrendamento operacional			201.112	(36.033)	165.079
Ativo de desmobilização					
Ativo de desmobilização	3,33	30	2.780	(350)	2.430
Total			205.687	(36.395)	169.292

- (a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.
- (b) A Companhia avalia, anualmente, pelo método do fluxo de caixa descontado, se há indicadores de que o valor contábil de seus ativos imobilizados possa não ser recuperável. Em decorrência dos prejuízos operacionais observados no exercício de 2025 e anteriores, a Administração realizou o teste de recuperabilidade (impairment) de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e concluiu que valor recuperável estimado foi superior ao valor contábil líquido na data base de 31 de dezembro de 2025. Portanto, a Administração concluiu que não há necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por desvalorização nestas demonstrações financeiras.

(ii) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	2024		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adiantamento para inversões fixas (a)	-	-	3.356	-	3.356
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(7)	18
Montagem e instalações	-	-	641	-	641
Imobilizado em andamento	-	-	89	-	89
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			4.111	(7)	4.104
Ativos objetos de arrendamentos:					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	80.940	(13.738)	67.202
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	114.113	(14.161)	99.952
Total de ativos para arrendamento operacional			195.053	(27.899)	167.154
Ativo de desmobilização					
Ativo de desmobilização	3,33	30	1.770	(290)	1.480
Total			200.934	(28.196)	172.738

- (a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.

(iii) Movimentação de 2025

	Taxa de depreciação % aa	2024		2025		
		Saldo inicial	Adições	Baixas/reclassificações	Transferência	Saldo Final
Custo						
Adiantamento para inversões fixas	-	3.356	102	(210)	(2.238)	1.010
Imobilizado em andamento (a)	-	730	3.788	(35)	(3.726)	757
Computadores e equipamentos de informática	10	25	3	-	-	28
Total de outros ativos		4.111	3.893	(245)	(5.964)	1.795
Imobilizado para arrendamento operacional:						
Usina Fotovoltaica – OLB e BJJ	4	31.086	83	-	2.777	33.946
Usina Fotovoltaica – Canas e Pres. Alves	4	28.580	45	-	1.395	30.020
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	10.792	73	-	799	11.664
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	12.612	-	-	24	12.636
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	12.959	-	(84)	47	12.922
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	13.457	-	(34)	135	13.558
Usina Fotovoltaica Irai 1	4	12.505	-	(9)	95	12.591
Usina Fotovoltaica Irai 2	4	12.347	-	-	91	12.438
Usina Fotovoltaica Frutal	4	12.658	-	(11)	22	12.669
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	12.086	-	-	99	12.185
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	12.647	-	-	30	12.677
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	12.844	3	-	127	12.974
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	10.480	29	-	323	10.832
Total de ativos para arrendamento operacional		195.053	233	(138)	(5.964)	201.112
Ativo de desmobilização						
Ativo de desmobilização (b)	3,5	1.770	1.011	-	-	2.781
Depreciação						
Usinas Fotovoltaicas	4	(27.899)	(8.135)	-	-	(36.034)
Computadores e equipamentos de informática	10	(7)	(5)	-	-	(12)
Desmobilização usina solar	3,3	(290)	(60)	-	-	(350)
		(28.196)	(8.200)	-	-	(36.396)
Total do ativo imobilizado		172.738	(3.063)	(383)	-	169.292

- (a) Contém adição de R\$ 1.737 em módulos fotovoltaicos transferidos pela GDSun para Companhia, em contrapartida a aumento de capital, conforme detalhado na nota explicativa 17
- (b) Em 2025 o ativo de desmobilização foi atualizado e o valor foi reduzido em R\$ 144. Adicionalmente, a Companhia revisou as taxas de desconto utilizadas e passou a adotar a NTN-B, em substituição ao DI futuro, e que gerou um complemento de R\$ 1.155. O montante é depreciado longo da vida útil do ativo principal, conforme detalhado na nota explicativa nº 16;

Em conformidade com as obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures (e seus aditamentos), a Companhia constituiu garantia real sob a forma de Alienação Fiduciária sobre determinados bens de seu ativo imobilizado (equipamentos).

Em 31 de dezembro de 2025, os bens alienados fiduciariamente em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, compreendem o ativo imobilizado em operação na data base de 24 de abril de 2025, data que ocorreu a segunda emissão das debentures simples.

(iv) Movimentação de 2024

	Taxa de depreciação % aa	2023		2024			
		Saldo inicial	Imobilizado incorporado	Adições	Baixas	Transferência	Saldo Final
Custo							
Adiantamento para inversões fixas	-	-	4.347	927	-	(1.918)	3.356
Imobilizado em andamento	-	641	-	2.081	-	(1.992)	730
Computadores e equipamentos de informática	10	-	25	-	-	-	25
Total de outros ativos		641	4.372	3.008	-	(3.910)	4.111
Imobilizado para arrendamento operacional:							
Usina Fotovoltaica – OLB e BJJ	4	-	30.890	-	-	196	31.086
Usina Fotovoltaica – Canas e Pres. Alves	4	-	28.158	-	-	422	28.580
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	-	10.781	-	-	11	10.792
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	-	12.248	-	-	364	12.612
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	-	12.344	-	-	615	12.959
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	-	12.644	-	-	813	13.457
Usina Fotovoltaica Irai 1	4	-	12.170	-	-	335	12.505

	Taxa de depreciação % aa	2023		2024			Saldo Final
		Saldo inicial	Imobilizado incorporado	Adições	Baixas	Transferência	
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	-	11.977	-	-	370	12.347
Usina Fotovoltaica Frutal	4	-	12.477	-	-	181	12.658
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	-	12.064	-	-	22	12.086
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	-	12.396	-	-	251	12.647
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	-	12.514	-	-	330	12.844
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	-	10.480	-	-	-	10.480
Total de ativos para arrendamento operacional		-	191.143	-	-	3.910	195.053
Ativo de desmobilização							
Ativo de desmobilização (a)	3,5	-	4.059	(2.289)	-	-	1.770
Depreciação							
Usinas Fotovoltaicas	4	-	(21.503)	(6.396)	-	-	(27.899)
Computadores e equipamentos de informática	10	-	(3)	(4)	-	-	(7)
Desmobilização usina solar	3,5	-	(150)	(140)	-	-	(290)
			(21.656)	(6.540)	-	-	(28.196)
Total do ativo imobilizado		-	641	177.918	(5.821)	-	172.738

(a) Em 2024 foi remensurada a provisão no montante de R\$2.289, devido a mudança do critério da taxa de desconto (de DI Futuro para NTNB 2050) o saldo apurado será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16;

13 Arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. A Companhia faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	2025	2024
Direito de Uso de Superfície (a)	15.417	14.854
(-) Depreciação Acumulada	(2.338)	(1.808)
Total Direito de Uso	13.079	13.046

Movimentação de 2025

Descrição	2024	2025	
		Remensurações	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	14.854	563	15.417
(-) Depreciação Acumulada	(1.808)	(530)	(2.338)
Total de Direito de Uso	13.046	33	13.079

Movimentação de 2024 - controladora

Descrição	Saldo incorporado em 2024	2024	
		Adições	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	14.542	312	14.854
(-) Depreciação Acumulada	<u>(1.376)</u>	<u>(432)</u>	<u>(1.808)</u>
Total de Direito de Uso	<u>13.166</u>	<u>(120)</u>	<u>13.046</u>

(ii) Passivos de Arrendamento

Movimentação de 2025

Descrição	2024	2025			Saldo Final
		Remensurações	Juros	Pagamentos	
Direito de Uso de Superfície	<u>14.112</u>	<u>564</u>	<u>1.712</u>	<u>(1.797)</u>	<u>14.591</u>
Total de Arrendamentos	<u>14.112</u>	<u>564</u>	<u>1.712</u>	<u>(1.797)</u>	<u>14.591</u>

Movimentação de 2024 – controladora

Descrição	Saldo incorporado em 2023	2024			Saldo Final
		Remensurações	Juros	Pagamentos	
Direito de Uso de Superfície	<u>13.819</u>	<u>312</u>	<u>1.381</u>	<u>(1.400)</u>	<u>14.112</u>
Total de Arrendamentos	<u>13.819</u>	<u>312</u>	<u>1.381</u>	<u>(1.400)</u>	<u>14.112</u>

Excluindo os efeitos das operações de incorporação das SPEs, o total de juros incorridos no exercício sobre os passivos de arrendamentos é de R\$ 1.659 e os pagamentos totais somam R\$ 1.400 (sendo os pagamentos compostos por R\$ 27 de principal e R\$ 1.659 de juros).

14 Debêntures

Instituição:	Instituição	2025	2024
Debêntures simples (a)	Oliveira Trust	<u>184.210</u>	<u>187.448</u>
Total		<u>184.210</u>	<u>187.448</u>
Circulante (b)		184.210	13.498
Não Circulante		-	173.950

- (a) Em 24 de abril de 2025, ocorreu a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Companhia não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, no montante de 185.060 debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 185.060.000, com vencimento em 24/10/2039, podendo vencer antecipadamente somente nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidos na Escritura. O valor nominal unitário das Debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor atualizado será acrescido um spread de 9,3281% ao ano, base 252 dias desde a data de integralização.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) Alienação fiduciária sobre equipamentos presentes e futuros; e (ii) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia detidas pela controladora e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência da escritura de debêntures, o Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A administração da Companhia efetua acompanhamento das cláusulas contratuais para que sejam atendidas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, à adimplência financeira e manutenção de garantias.

- (b) A Companhia não atingiu o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2, estabelecido em contrato. Em função disso, o montante de R\$ 169.945, originalmente classificado no passivo não circulante, foi reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2025, conforme exigido pelas normas contábeis vigentes.

Em 27 de março de 2026, a instituição financeira emitiu formalmente um documento de “waiver” (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada. Consequentemente, este montante será reclassificado para o longo prazo nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2026. Vide notas explicativas: 1.2 (Continuidade Operacional) e 26 (Eventos Subsequentes).

- (c) O descumprimento do ICSD refletiu, de forma pontual, o efeito de custos e despesas de natureza extraordinária incorridos ao longo de 2025 no âmbito de uma iniciativa estruturada da Administração voltada à recuperação e otimização da performance operacional das usinas da Companhia. Tais dispêndios, embora tenham impactado temporariamente o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, foram necessários para restabelecer os parâmetros operacionais do portfólio e não refletem deterioração estrutural da capacidade de geração de caixa da Companhia. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 1.1 (Continuidade Operacional).

(i) Movimentações de 2025 no saldo das debêntures

Tipo	2024		2025				Saldo Final
	Captação (a)	Amortização Custos de transação	Juros	Pagamentos (principal) (b)	Pagamentos (juros) (c)		
Debêntures 1ª. Serie, 1ª emissão	187.447	-	118	12.943	(190.919)	(9.589)	-
Debêntures 1ª. Série. 2ª emissão	-	184.593	-	12.534	(5.272)	(7.645)	184.210
Total	187.447	184.593	118	25.477	(196.191)	(17.234)	184.210
Circulante	13.498						184.210
Não Circulante	173.949						

- (a) Saldo líquido referente a R\$ 185.060 do total da emissão das debêntures, reduzido pelos custos de captação no total de R\$ 7;
(b) Em maio de 2025 a companhia liquidou as debentures da primeira série, emitida em abril de 2024, no montante de R\$ 185.712.
(c) Juros pagos em relação à primeira série no total de R\$ 1.055

(ii) Movimentações de 2024 no saldo das debêntures

Tipo	Controladora		2024				Saldo Final
	2023	Captação (a)	Amortização Custos de transação	Juros	Pagamentos (principal)	Pagamentos (juros)	
Notas Promissórias	173.521	-	-	7.371	(180.892)	-	-
Debêntures simples	-	188.151	365	17.349	(9.670)	(8.748)	187.447
Total	173.521	188.151	365	24.720	(190.562)	(8.748)	187.447
Circulante	173.521						13.498
Não Circulante	-						173.949

- (a) Saldo líquido referente a R\$ 190.000 do total da emissão das debêntures, reduzido pelos custos de captação no total de R\$ 1.849.

(iii) Fluxo de vencimento das debêntures:

Período	2025	2024
2025	-	13.498
2026	14.897	10.961
2027	12.488	11.940
2028	13.336	12.723
2029	12.963	12.738
2030 e após	130.526	125.588
Total	184.210	187.448

O fluxo apresentado na tabela acima reflete o cronograma de pagamentos estabelecido contratualmente na Escritura de Emissão de debentures. Conforme detalhado na Nota 14 e na Nota 25, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Todavia, a Administração obteve, junto aos financiadores o “waiver” (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada.

15 Provisão para desmobilização

A Companhia explora parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo objeto. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 3.600 (saldo de R\$ 2.447 em 31 de dezembro de 2024).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de março de 2025, é de R\$ 28.807 (R\$ 27.070 em 2024), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2025	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	RS
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>28.807</u>
	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>28.807</u>
31 de dezembro de 2024				
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>27.070</u>
	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>27.070</u>

Em 31 de março de 2025 foi deliberado e aprovado por meio de ata de assembleia geral extraordinária “AGE” o aumento do capital social, no montante de R\$1.737, com aporte de ativos: Módulos fotovoltaico, passando o capital de R\$27.070 para R\$28.807, permanecendo a mesma quantidade de ações. Os respectivos ativos foram incorporados ao ativo imobilizado da Companhia.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Destinação de lucros

Conforme o instrumento particular de escritura da 1ª emissão debêntures simples, a Companhia está impedida de realizar distribuição de lucros, apurados em qualquer período, até a quitação integral da respectiva debênture. . Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

17 Receita operacional líquida

	<u>Individual</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Receita operacional bruta			
Receita de serviços prestados	42.766	36.364	45.090
Receita de serviço prestados (não faturado)	<u>2.338</u>	<u>2.126</u>	<u>2.126</u>
Subtotal Receita operacional bruta	<u>45.104</u>	<u>38.490</u>	<u>47.216</u>
Deduções			
Impostos sobre as vendas	<u>(4.520)</u>	<u>(3.577)</u>	<u>(4.035)</u>
Receita operacional líquida	<u>40.584</u>	<u>34.913</u>	<u>43.181</u>

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	<u>Individual</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Receita operacional bruta			
Receita de locações	37.017	33.822	39.616
Receita de operação e manutenção	<u>8.087</u>	<u>4.668</u>	<u>7.600</u>
Subtotal Receita operacional bruta	<u>45.104</u>	<u>38.490</u>	<u>47.216</u>

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução Normativa N° 1.059 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 20 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A.

18 Custos das vendas

	<u>Individual</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Depreciação das usinas	(8.137)	(6.396)	(7.670)
Depreciação desmobilização	(60)	(157)	(169)
Depreciação de direito de uso	(531)	(432)	(515)
Manutenção	(853)	(465)	(817)
Salários e encargos (a)	(2.737)	(1.957)	(2.316)
Outros custos	(1.663)	(1.128)	(1.317)
Outros custos -seguros e outros	<u>(1.476)</u>	<u>(398)</u>	<u>(884)</u>
Total	<u>(15.457)</u>	<u>(10.933)</u>	<u>(13.688)</u>

- (a) Refere-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas ligadas e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>Individual</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Serviços tomados (advocáticos, contábil, TI e outros)	(595)	(704)	(755)
Despesas com pessoal compartilhadas (a)	(1.129)	(860)	(1.078)
Outras despesas gerais e administrativas	(771)	(523)	(660)
	<u>(2.495)</u>	<u>(2.087)</u>	<u>(2.493)</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas ligadas e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes.

20 Resultado financeiro

	<u>Individual</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2024
Receitas Financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.726	598	753
Variação cambial ativa	-	274	273
Outras receitas	13	1	4
	<u>2.739</u>	<u>873</u>	<u>1.030</u>
Despesas Financeiras			
Juros de debêntures	(25.477)	(24.720)	(24.720)
Juros sobre arrendamentos	(1.712)	(1.381)	(1.659)
Juros sobre provisão de desmobilização	(143)	(315)	(386)
Amortização dos custos dos empréstimos	(118)	(365)	(365)
Despesas bancárias	(5)	(4)	(7)
Outras despesas	(27)	(59)	(60)
	<u>(27.482)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(27.197)</u>
Total	<u>(24.743)</u>	<u>(25.971)</u>	<u>(26.167)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.330)	(299)
alíquota fiscal nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(792)</u>	<u>(102)</u>
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:		
Adições		
(+) Amortização de direito de uso	180	147
(+) Juros sobre arrendamento mercantil	582	470

	2025	2024
(+) Amortização provisão de descomissionamento	20	54
(+) Receita a faturar e contas a receber (SPEs incorporadas) (a)	-	1.424
(+) Juros com provisão de descomissionamento	49	107
(+) Depreciação contábil	2.766	2.175
Exclusões		
(-) Equivalência patrimonial e perdas em controladas	-	(1.322)
(-) IRPJ e CSLL SPEs incorporadas (b)	-	(115)
(-) Arrendamentos pagos	(611)	(433)
(-) Depreciação Fiscal (10%)	<u>(5.908)</u>	<u>(4.354)</u>
Prejuízo fiscal	<u>(3.714)</u>	<u>1.949</u>
Total imposto de renda e contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa Efetiva	0%	0%

- (a) Adição de saldo de receitas a faturar e contas a receber não tributados pelo IRPJ e CSLL nas SPEs incorporadas por estarem no lucro presumido-regime de caixa.
- (b) Exclusão do saldo de IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas por estarem no regime do lucro presumido regime de caixa.

b. Composição de imposto diferido e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

Os saldos dos passivos diferidos são como segue, conforme sua origem:

	Alíquota nominal	2025	2024
Diferenças temporárias			
Diferenças temporárias	34%	9.242	6.409
Prejuízo fiscal	34%	<u>(10.924)</u>	<u>(5.735)</u>
Total créditos (débitos) fiscais brutos		<u>(1.682)</u>	<u>674</u>
(=) Tributos diferidos		<u>-</u>	<u>229</u>
Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas (i)		<u>-</u>	<u>(339)</u>
Movimentação do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>110</u></u>

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2024 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

A Companhia elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 5 anos.

- (i) As SPEs apuravam o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa, gerando com isso diferenças temporárias. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 339 referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado.

(ii) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro presumido

	<u>Consolidado</u>
	2024
Receita com prestação de serviços	8.725
Percentual de presunção	32%
Base de cálculo após presunção	2.792
Receita financeira	<u>97</u>
Base de Cálculo	<u>2.889</u>
IRPJ - 15%	433
Adicional IRPJ - 10%	245
CSLL - 9%	<u>260</u>
Total de IRPJ e CSL (i)	<u>938</u>

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estavam enquadradas no regime de tributação do lucro presumido até a data da incorporação.

- (i) As SPEs apuravam o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 339 mil referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado. Adicionalmente, os saldos das contas de receita a faturar e contas a receber que não haviam sido recebidos até a data da incorporação foram incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia, seguindo a sistemática do lucro real.

22 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	31/12/2025	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	1.503	1.503	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9.103	9.103	-	-
Depósitos vinculados	19.983	19.983	-	-
Fornecedores	(29)	(29)	-	-
Debêntures	(184.210)	(184.210)	-	(184.210)
Passivo de arrendamento	(14.591)	(14.591)	-	-
Passivo de desmobilização	(3.600)	(3.600)	-	-
Partes relacionadas	(1.356)	(1.356)	-	-

Em 31 de dezembro de 2024	31/12/2024	31/12/2024	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	1.492	1.492	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7.687	7.687	-	-
Depósitos vinculados	21.644	21.644	-	-
Fornecedores	(471)	(471)	-	-
Debêntures	(187.447)	-	-	(187.447)
Passivo de arrendamento	(14.112)	(14.112)	-	-
Passivo de desmobilização	(2.447)	(2.447)	-	-
Partes relacionadas	(1.347)	(1.347)	-	-

- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. A empresa por estar na sua maioria das operações em fase pré-operacional, não apresentou saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, a Companhia adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 1.503 (2024 consolidado: R\$ 1.492). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2025	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	29	29	-	-
Debêntures (Nota 15)	184.210	11.407	12.425	159.083
Partes relacionadas (Nota 11)	1.356	1.356	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	14.591	1.827	1.827	10.937
Total	200.186	14.619	14.252	170.020
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	471	471	-	-
Debêntures (Nota 15)	187.447	13.498	10.961	162.988
Partes relacionadas (Nota 11)	1.347	1.347	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	14.112	700	856	12.556
Total	203.377	16.016	11.817	175.544

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não operou em 2025 e 2024 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2025	Cenário <A 10%	Cenário < B 25%	Cenário C >10%	Cenário D >25%
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	14,90%	13,41%	11,18%	16,39%	18,63%
Exposição líquida do balanço patrimonial		21.486	24.367	23.887	25.008	25.488
Passivo						
Arrendamentos e Debêntures	IPCA	4,83%	4,35%	3,62%	5,31%	6,04%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>(198.801)</u>	<u>(207.443)</u>	<u>(206.003)</u>	<u>(209.363)</u>	<u>(210.804)</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data

2025	2024
4,26%	4,83%

23 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não afetaram os fluxos de caixa:

	2025	2024
Provisão para desmobilização (nota 16)	3.600	(2.289)
Adições- Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 13)	563	312

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

25 Eventos subsequentes

Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente o “*waiver*” (perdão de descumprimento) junto à instituição financeira pelo não atingimento do ICSD de 1,2 previsto no contrato de financiamento, ver nota explicativa de nº 14.